



CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 50/2021

Primeiro outorgante: Município de Coimbra, pessoa coletiva n.º 506 415 082, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Augusto Soares Machado.

Segundo outorgante: Centro Popular de Trabalhadores do Sobral de Ceira, pessoa coletiva n.º 502 719 869, neste ato representado pela Presidente da Direção, Lara Joana Amado.

Entre os outorgantes é celebrado o presente Contrato-Programa, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, do regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo consignado no Decreto-Lei n.º 273/09, de 01 de Outubro de 2009, das alíneas o) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em execução da deliberação em minuta da Câmara Municipal de Coimbra de 28/06/2021, com base na informação MGD n.º 30341/2021, com os registos sequenciais de compromisso n.º 43893, 43993 e 44028, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objeto deste Contrato-Programa a comparticipação financeira para apoio à atividade desportiva referente à época 2020/2021, ao abrigo do previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto nas seguintes áreas:

- a) Reconhecimento da formação desportiva;
- b) Confirmação da prestação desportiva;
- c) Incentivo ao alto rendimento.



Cláusula 2.ª

Apoio financeiro

Na prossecução objeto descrito na cláusula 1.ª, o Município de Coimbra concede apoio financeiro à 2.ª outorgante como a seguir se discrimina:

1. Reconhecimento da formação desportiva, no montante de **3.500,00€** (três mil e quinhentos euros).
2. Confirmação da prestação desportiva no montante de **2.000,00€** (dois mil euros).
3. Incentivo ao alto rendimento, no montante de **14.000,00€** (catorze mil euros), para os atletas Mauro Alexandre Pereira e Rogério Filipe Baptista do Amaral.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Município

Constituem obrigações do Município de Coimbra, atribuição de um apoio financeiro estipulado na Cláusula 2.ª, no montante total de **19.500,00€** (dezanove mil e quinhentos euros).

Cláusula 4.ª

Obrigações do Centro Popular de Trabalhadores do Sobral de Ceira

Constituem obrigações do segundo outorgante:

1. Enviar ao 1.º Outorgante o relatório de execução final do contrato-programa, até à data de vigência do presente contrato;
2. Colaborar graciosamente sempre que o 1.º Outorgante, solicite a sua presença em eventos/ações desportivas de interesse municipal;
3. Colocar o logotipo em uso da Câmara Municipal de Coimbra em todas as atividades publicitadas pelo 2.º Outorgante.

Cláusula 5.ª

Programa de desenvolvimento desportivo

Os apoios referidos na cláusula 2.ª, correspondem ao Programa de Desenvolvimento Desportivo referente à época desportiva 2020/2021, candidatado pelo 2.º outorgante.



Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo do contrato-programa

Compete ao Município fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução.

Cláusula 7.ª

Vigência

O Contrato-Programa entra em vigor a partir da data da sua assinatura, decorrendo o seu período de vigência até ao final do ano de 2021.

Cláusula 8.ª

Revisão do contrato-programa

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 9.ª

Resolução do contrato

O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Município, caso o 2º outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e, bem assim, de entregar atempadamente os documentos que lhe sejam solicitados pelo Município no decurso da execução do mesmo.

Cláusula 10.ª

Publicitação do apoio

O presente Contrato-Programa está sujeito à publicação nos sítios de Internet do Município e da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, confirmado pelo Despacho n.º 1169/2014 do Ministério das Finanças, datado de 24 de janeiro.



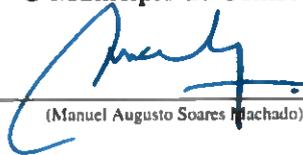
Cláusula 11.ª

Disposições finais

As questões omissas regem-se pelas disposições legais aplicáveis.

Este Contrato-Programa foi feito em duplicado no dia 30 de 7 de 2021, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

O Município de Coimbra



(Manuel Augusto Soares Machado)

Centro Popular de Trabalhadores do Sobral de Ceira



(Lara Joana Amado)

Min. : RO

Elab. : RO

Conf. : MP 

Serv. Emissor: DDJ